



INFORMAÇÃO JANEIRO | 2024

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

PONTO DE SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PDR) 2014- 2022

Ponto de situação do Pdr 2014-2022. baseado nos últimos dados disponíveis da Autoridade de Gestão do PDR (Ag Pdr) que correspondem a 31 de Dezembro de 2023

Nota inicial

Como já referimos anteriormente, e por várias vezes, cada Programa de Desenvolvimento Rural tem um período normal de sete anos, findo o qual se negocia um novo ciclo de mais sete.

O Pdr que se iniciou em 2014 para terminar em 2020, podendo-se executar e pagar durante um período de mais dois anos, normalmente chamado de “n+2”, foi prolongado por mais dois anos. A razão prende-se com o facto de na última reforma da PAC (a sexta) só se ter chegado a um acordo político a 28 de Junho de 2021, o que implicou que, pela primeira vez, Portugal adotasse um período de transição de dois anos, em vez de um, iniciando-se a adopção da sexta reforma da PAC (PEPAC), no dia 1 de Janeiro de 2023, passando, por isso, o Pdr a incluir os anos de 2021 e 2022 (PDR 2014-2022).

De referir que também excecionalmente, o PDR 2014-2022, pode ser executado até final de 2025, ou seja, neste caso aplica-se o chamado “n+3”.

Neste contexto, e como já é tradicional, esta newsletter irá fazer um ponto de situação do PDR 2024 – 2022.

Ponto de Situação do PDR 2014- 2022

O tempo vai passando e a dificuldade em utilizar o montante disponível no Pdr 2014-2022, vai- se tornando cada vez mais visível. Na verdade, o quadro nº1 revela, de forma muito nítida essa incapacidade.

QUADRO Nº1

PDR 2014-2022	Ponto de Situação - dados de 31 de Dezembro de 2023					
	Valores em Euros					Valores em %
	Programação financeira PDR 2014 - 2022 (1)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015 e 31 de Dezembro de 2023 (2)	Diferença entre o Programado e o Pago (3)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015 e 31 de Dezembro de 2023 por mês (4)=(2)/(108)	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (5) = (3)/18	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (6) =(5)/(4)
A1 - Inovação e Conhecimento	57.883.419	51.656.882	6.226.537	478.304	345.919	-27,68%
A2 - Competitividade e Organização da Produção	1.913.950.860	1.495.480.450	418.470.410	13.847.041	23.248.356	67,89%
A3- Ambiente, Eficiência no uso de recursos e clima	3.327.917.681	3.071.676.320	256.241.361	28.441.447	14.235.631	-49,95%
A4 - M10 - Leader	273.976.890	183.973.075	90.003.815	1.703.454	5.000.212	193,53%
Assistência Técnica + Medida Covid + Medida Ucrânia + Reforma Antecipada	199.977.463	161.824.274	38.153.189	1.498.373	2.119.622	41,46%
Total PDR	5.773.706.313	4.964.611.001	809.095.312	45.968.620	44.949.740	-2,22%

Fonte : AgPdr - Dados de 31 de Dezembro de 2023

Na verdade, qualquer bom gestor pensaria que, se praticamente um ano depois de terminado o período referente a este Pdr (31 de Dezembro de 2022), este está uma execução de 86%, alguma coisa de muito preocupante se passará. Neste momento, e até pensando que a componente do investimento do PEPAC já devia estar em funcionamento (o que só vai acontecer em 2025), o Pdr 2014-2022 deveria estar no seu fim, a pagar compromissos plurianuais e pouco mais. Se fosse assim, estaríamos, o que não acontece, a ser uns bons gestores deste programa.

A CAP, manifesta em todos estas newsletters esta preocupação, o que é um sinal gravíssimo de que nada muda no que diz respeito à gestão e execução do programa.

Na verdade, a despesa pública paga por mês desde 1 de Janeiro de 2015 - ver quadro nº1 - até ao passado dia 31 de Dezembro, foi de cerca de 45.968.620 euros, mas para que este programa se execute na sua globalidade terão de ser pagos cerca de 44.949.740 de euros por mês. Com estes resultados pensaríamos que estávamos num ano cruzeiro do programa e nunca um ano depois do seu fim, em que só teríamos uns, poucos, compromissos plurianuais, para executar, estando o PEPAC já em funcionamento.

Não, nada disto acontece.

Mais, em áreas de intervenção como a competitividade e organização da produção (A2), que incluem todo o tipo de investimentos nas explorações agrícolas, pedra basilar para a modernização e desenvolvimento, será preciso pagar, por mês, mais 67,89% do que foi pago até agora. Estes valores traduzem um falhanço enorme deste programa, cuja execução se deve, essencialmente, às Medidas Agro Ambientais e às Medidas de Apoio às Regiões Desfavorecidas (MAZD'S). Na verdade, e como temos vindo sempre a referir, ninguém está contra estas medidas, que são essenciais à adopção de boas práticas agrícolas por parte dos agricultores, mas sem o investimento adequado o impacto destes programas no desenvolvimento das explorações agrícolas fica muito aquém do desejado.

Vejamos três exemplos:

Quadro nº2

PDR 2014-2022	Ponto de Situação - Exemplos					
	Valores em Euros					Valores em %
	Programação financeira PDR 2014 - 2022 (1)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015/ e 31 de Dezembro de 2023 (2)	Diferença entre o Programado e o Pago (3)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015 e 31 de Dezembro de 2023 por mês (4)=(2)/108 (67 nos jovens)	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (5) = (3)/18	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (6) =(5)/(4)
3.2.1 Investimento na exploração agrícola	792.864.395	644.904.033	147.960.362	5.971.334	8.220.020	37,66%
3.1.2 Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola 5/18 a 30/11/23	163.038.144	57.804.815	105.233.330	862.758	5.846.296	577,63%
Ac 8.1.Silvicultura sustentável	522.576.176	355.114.769	167.461.407	3.318.830	9.303.411	180,32%

Fonte: AgPdr dados de 31 de Dezembro de 2023

No quadro anterior, quadro nº2, podemos verificar que em duas das medidas mais importantes do investimento – investimento na exploração agrícola e investimento de jovens agricultores – a situação é dramática para um país que pretende ter uma agricultura moderna e capaz de resistir a muitas das adversidades a que está sujeita.

Na verdade, o investimento na exploração agrícola tem de pagar, num período em que já deveria estar praticamente tudo pago (não podemos esquecer que já passaram 10 anos, e que terminámos o ano $n+1$), mais cerca de 37,66% por mês (32,86% no final de Outubro), o que é inaceitável, e se falarmos nos jovens este valor passa para 577,63% (539,49% no final de Outubro), ou seja o que se tem pago não compensa o que ainda está por pagar, tornando o esforço de pagamento por mês cada vez maior.

Se olharmos para os dados da floresta, ainda ficamos mais preocupados. Como é possível ter estes montantes disponíveis e não implementar as medidas que a nossa floresta precisa? É absolutamente inaceitável.

O resultado de tudo isto também pode ser visto no quadro seguinte:

Quadro nº3

Janeiro	15.510.616
Fevereiro	97.577.905
Março	20.386.327
Abril	28.970.560
Maio	24.375.602
Junho	18.665.749
Julho	24.452.822
Agosto	18.098.110
Setembro	19.994.815
Outubro	21.380.000
Novembro	153.836.886
Dezembro	42.352.000

Fonte: Ag Pdr

De acordo com o Quadro nº1, devíamos pagar cerca de 45 milhões de euros, **por mês** até final deste programa, mas o ano de 2023, mostram que a dificuldade em o fazer é enorme. De facto, apenas no passado mês de Fevereiro se conseguiu pagar um montante aceitável, por ter sido o mês em que se pagou uma ajuda – totalmente excecional - resultante da guerra na Ucrânia, bem como o remanescente das Medidas AgroAmbientais. Também em Novembro se pagou um montante de cerca de 153M€, por se ter decidido pagar as Medidas de Apoio às Regiões Desfavorecidas (MAZD'S), ainda através do PDR, o que com uma boa gestão nunca aconteceria.

Nos restantes meses os pagamentos são escandalosamente baixos para quem se orgulha tanto, como é o caso deste governo de uma taxa de compromisso deste programa de cerca de 109%, ou seja, todos os agricultores recorrem ao Pdr. Se é assim, ainda bem, mas então o que passa? Recorrem e depois ninguém sabe o que se passa a seguir? Só interessa candidatarem-se?

CONCLUSÃO

- 86% de taxa de execução a 31 de Dezembro de 2023, não é bom. Não nos esqueçamos que a componente do desenvolvimento rural do PEPAC, já podia, e devia, estar em pleno funcionamento e o PDR 2014-2022 a fechar contas.
- Nunca se fez uma verdadeira operação limpeza e não é aceitável a situação em que estamos, quando os agricultores estão a passar as dificuldades que todos sabemos.
- A verdadeira operação limpeza (porta a porta) nunca foi feita.
- Portugal não sabe utilizar o FEADER, **o que é mais um motivo para a transferência entre pilares ser aumentada, sendo urgente que se faça.**